

Elementos para uma epistemologia da modalidade

Helena Topa Valentim

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

A reflexão que passo a propor diz respeito à forma como se tem vindo a construir um saber sobre aquilo a que hoje, no domínio dos estudos linguísticos, se designa por modalidade. Dentro do possível, proponho-me também reflectir sobre o caminho que se abre a partir de alguns desenvolvimentos mais recentes neste domínio.

O teor desta reflexão tem como primeira inspiração a forma como a Professora Henriqueta sempre aliou ao rigor na análise do funcionamento das formas linguísticas uma reflexão teórica exigente, manifestando uma grande consciência do que é uma construção teórica, do seu carácter provisório, cumulativo, metamorfoseando-se em novas abordagens que se cruzam, se complementam e se enriquecem mutuamente.

Ao percorrer alguns dos muitos estudos que dedicam uma atenção particular a questões que diríamos do domínio da modalidade, identificamos duas grandes ordens de abordagem, dois pontos de vista teoricamente diferentes: por um lado, uma abordagem lógico-filosófica, de alguma forma herdeira – seja na continuidade, seja em ruptura – da lógica aristotélica; por outro lado, uma abordagem linguística, de tradição mais recente, que, em termos muito gerais, tem as suas raízes na lógica modal. É assim que encontramos o que, por um lado, são as teorias lógicas da modalização e, por outro, as teorias linguísticas da modalização.

Em termos lógicos, quando se fala em modalidade (*modus*), está em causa a natureza de um raciocínio e a sua formalização. Vemos isso logo em Aristóteles, na distinção entre proposições simplesmente atributivas – nas quais se afirma ou se nega a atribuição de um P [predicado] a um S [sujeito]¹ – e proposições modais – nas quais não só se atribui um P a um S, mas também se indica o modo como o P se une a S ou modo que determina a composição de P e S –, bem como na distinção, nestas últimas, entre o *modus* e o *dictum*. Recordamos que é na sequência destas distinções que se definem as quatro modalidades que podem caracterizar as proposições modais (isto é, os quatro

¹ Já na lógica aristotélica, sujeito (“*hupokeímenon*”) e predicado (“*katégorēma*” ou “*katégoroúmenon*”) constituem a “*matéria*” da proposição. Por conseguinte, a proposição relaciona um sujeito e um predicado, sendo o predicado o atributo (ou acidente) que se aplica ao sujeito e o sujeito, a substância, aquilo de que se afirma ou nega algo.

Esta concepção deixou vestígios na gramática tradicional: por exemplo, ao referirmos o sujeito sintáctico, temos presente o conceito de função sintáctica proposta pela análise tradicional a partir do conceito aristotélico de sujeito suporte da predicacão.

modos como o P se une a S ou que determinam a composição de P e S): *possibilidade*, *impossibilidade*, *contingência* e *necessidade*. É assim que, na sua origem, a lógica modal se baseia no pressuposto de uma relação entre proposições e valores de verdade.

Está também em causa a natureza de um raciocínio na forma como os filósofos medievais traduziram a modalidade aristotélica pela distinção *de re / de dicto*² – Transposta e adaptada a outras tipologias, perspectivada de acordo com outros critérios, a oposição *de re / de dicto* virá a ser particularmente importante no domínio da modalidade linguística³.

Uma das questões mais importantes no problema da modalidade lógica, conforme colocado pelas propostas acima referidas, prende-se com a incidência deste conceito. A modalidade refere-se às proposições (sentido lógico da modalidade) ou aos factos (sentido ontológico da modalidade)? Na doutrina aristotélica, assim como na doutrina aristotélico-escolástica, mesmo quando parece predominar o sentido lógico, de facto, ambos os aspectos são considerados. As categorias propostas são, portanto, motivadas extensionalmente, uma vez que exprimem estados de coisas.

Na doutrina de Kant, com a introdução do conceito de *juízo* como acto de julgar, a modalidade pode ser descrita já não como lógica nem como ontológica mas sim como epistemológica, relativa à forma como se constrói conhecimento. Segundo este filósofo, a modalidade dos juízos – categorizáveis como assertóricos, apodícticos ou problemáticos – corresponde a “[...] uma função completamente particular dos mesmos [juízos] cujo distintivo consiste em não contribuir em nada para a matéria do juízo (porque esta matéria se compõe apenas de quantidade, qualidade e relação) [...]” (Kant, [1781] 1985, p. 124). Na sequência deste “deslocamento” teórico de Kant relativamente ao que o antecedeu em termos de lógica modal (lógica clássica), refira-se o facto de a sua proposta incluir, entre os juízos modais, os juízos de realidade ou assertóricos, que segundo Aristóteles, corresponderiam a proposições que expressam atribuições simples (ou proposições simplesmente atributivas) e por isso não modais.

É a partir das modalidades aristotélicas – designadas, mais tarde, *aléticas* e, depois, *onticas* – que, em meados do século XX, a lógica moderna – impulsionada por von Wright (1951) – faz derivar vários outros tipos de modalidade. Entre eles contam-se, por exemplo e conforme as tipologias, as modalidades temporal, axiológica, búllica, deontica e epistémica⁴. Aquela a que, segundo Kant (inspirado em Aristóteles), corres-

² Esta oposição deve-se a Abelardo, que a expressa pelos termos *de re / de sensu*. Mais tarde é tratada por Tomás de Aquino enquanto modalidade interna ou modalidade externa (expressa pelos termos que perduraram, *de re / de dicto*).

³ A oposição *de re / de dicto* permite distinguir, por exemplo, as duas interpretações possíveis de o Luís pode vir, como “o Luís tem a possibilidade de vir” e “talvez o Luís venha”, que, do ponto de vista linguístico, em Campos (1998), se descrevem, respectivamente, como valor (não epistémico) de possibilidade e valor epistémico de não exclusão (ver *ibidem*, pp. 261-268; 273-278)

⁴ As modalidades deontica e epistémica designavam outros dois tipos de necessidade e de possibilidade, que em Lyons ([1977] 2008) se comparam com a modalidade aristotélica afirmando que “Epistemic necessity is intuitively closer to alethic necessity than deontic necessity is” (*idem, ibidem.*, p. 791). A modalidade deontica definir-se-ia como uma necessidade conforme à regra social, moral, etc; a modalidade epistémica marcaria o domínio do certo e do duvidoso, do saber ou do conhecimento e da crença.

ponderia a designação de (juízo de) modalidade assertórica terá sido tendencialmente tida, pelos lógicos modernos, como uma modalidade zero.

De qualquer forma, numa perspectiva lógico-filosófica, o significado de uma proposição implica o conhecimento das condições mediante as quais essa proposição é verdadeira. Nessa medida, o conteúdo semântico de uma proposição, em particular o seu conteúdo modal, é especificado em termos das condições de verdade e de referência, isto é, pelas relações que as expressões linguísticas têm com objectos do mundo. Tais condições de verdade e de referência podem ser especificadas em relação a mundos possíveis, conceito subordinado ao de universo de crença e para cuja formalização a lógica epistémica contribuiu.

Ainda de acordo com o que propõem os estudos lógico-filosóficos (por exemplo, Quine ([1956] 1990), a estrutura sintáctica vale enquanto reflexo de uma estrutura lógica de que, por sua vez, dependem as condições de verdade e de referência das sequências⁵.

Contrariando o paradigma dominante dos estudos lógico-filosóficos, nos anos setenta do século passado, surgem estudos de semântica que passam a equacionar critérios de natureza cognitiva (por exemplo, Putnam, 1975). Se, de acordo com o ponto de vista lógico-filosófico, se visava unicamente as condições de verdade das proposições e se excluía o conhecimento a propósito da forma como estas são determinadas por um sujeito enunciador, a perspectiva cognitiva da semântica preconiza a introdução de conceitos como os de *elaboração mental* e de *representação mental* das significações. Apesar da crítica à questão das condições de verdade, a perspectiva da semântica cognitiva a propósito da modalidade parece necessitar do recurso ao que seja a “bagagem” cognitiva dos sujeitos, isto é, o postulado do “speaker’s background knowledge”. Denuncia-se, pois, uma relação entre a incapacidade do paradigma dominante da filosofia da linguagem de fornecer as condições de verdade dos enunciados e a indiferença a que vota o domínio de conhecimento do sujeito responsável pela enunciação.

Privilegiado no domínio da lógica, a modalidade é dos temas menos conclusivamente tratados nos estudos linguísticos. Herdeiras da lógica modal clássica, muitas (a generalidade mesmo) das teorias linguísticas da modalidade excluem, nas tipologias que propõem, os enunciados declarativos em que não ocorra qualquer uma das “fórmulas” por si consideradas modalizantes⁶. Está, pois, subjacente uma concepção da modalidade enquanto propriedade inerente a sequências lexicalizadas.

Esta concepção da modalidade enquanto subsidiária da lexicalização é devedora, em parte, das primeiras versões da Teoria Generativa (ver, entre outros, Chomsky,

⁵ Reconhece-se, por exemplo, que, por introduzirem estruturas completivas, às sequências que expressam atitudes proposicionais corresponde uma significação – isto é, correspondem condições de verdade e de referência – que difere da das sequências declarativas simples. Conclui-se, por isso, que os verbos de atitude proposicional desempenham um papel fundamental na construção da significação: funcionam como operadores sobre as proposições encaixadas. Às proposições encaixadas cabe a função de especificadoras do conteúdo expresso pelo verbo de atitude proposicional que as introduz.

⁶ Por exemplo, quando não completamente omissas em relação à categoria da modalidade, as gramáticas explícitas apresentam, regra geral, esta concepção restrita da modalidade.

1965), mais propriamente, da ideia central de que a descrição semântica de uma frase se rege por regras de interpretação semântica, baseadas, por um lado, no significado dos items lexicais, conforme especificado no léxico, e, por outro, nas suas relações gramaticais na frase, conforme especificado pelas regras de estruturação frásica. É assim que a tentativa de se dar conta de valores de modalidade se traduz numa identificação das formas lexicais a que esses valores possam estar associados.

Na generalidade das propostas de descrição gramatical, entre os fenómenos habitualmente etiquetados de “modais” (isto é, fenómenos a que se recorre para uma definição extensional da modalidade), encontram-se as formas susceptíveis de ocupar uma posição “mais alta” na hierarquia sintáctica: verbos que ocorrem como verbos principais de uma frase matriz e introduzem uma estrutura de complementação verbal (como *achar, pensar*), certos adverbiais (como *certamente, felizmente, lamentavelmente, sem dúvida, talvez*), assim como certas construções sintácticas (como os adjuntos modais *na minha opinião, do meu ponto de vista*, etc). Não é, no entanto, só com recurso ao significado lexical dos predicados “mais altos” que se procura representar as modalidades⁷. Também se associa a modalidade a formas inscritas no interior do complemento, como os verbos ditos “auxiliares de modalidade” ou “verbos modais” (como *poder, dever, ter de e parecer*), e até os complementadores ou, de forma discutível, o modo gramatical.

Propondo-se uma análise não-lexical⁸, e desenhando uma tendência menos distante no tempo do modelo generativista⁹, faz-se corresponder à modalidade marcadores abstractos associados às frases ao nível da estrutura profunda. Isto é, aborda-se a modalidade como um certo tipo de relação gramatical que – como, por exemplo, o conceito de “sujeito” – se deve representar na estrutura profunda. Em virtude de representar a modalidade em termos das restrições de selecção associadas aos predicados “mais altos”, este tipo de análise não contempla outros complementos senão os que ocupam estruturalmente a posição de sujeito ou de objecto, assim como não permite reconhecer a modalidade em frases simples ou em expressões adjectivais e adverbiais.

A forma como se concebe a significação no quadro linguístico da Teoria Formal Enunciativa, não só difere do princípio mediante o qual a significação se define em termos de condições de verdade e do postulado do “speaker’s background knowledge”, como prevê que a todo e qualquer enunciado corresponde um valor modal¹⁰. Postula-se,

⁷ São representantes desta tendência linguistas que estudam os actos de fala com recurso à semântica generativa, como J. R. Ross (1970 “On Declarative Sentences” in R. Jacobs; P. Rosenbaum (eds.), *Readings in Transformational Grammar*, Ginn), Lakoff (1968), J. Sadock (1969 “Hypersentences” *Papers in Linguistics* 1/2, pp. 283-270) e Searle (1970).

⁸ A designação e uma definição deste tipo de análise encontra-se em Ransom (1986): “[...] a nonlexical approach which [...] can represent the modality meanings of complements as a part of the complement, separate from the higher sentence, and as a property of the sentence rather than a property of a lexical form” (*idem, ibidem*, p. 198).

⁹ Na sequência de J. Katz; P. Postal (1964 *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions*, MIT Press) e de J. Grimshaw (1979 *Complement Selection and the Lexicon. Linguistic Inquiry* 10, pp. 279-426), é representante desta tendência o linguista atrás citado, Ransom (1986).

¹⁰ Por conseguinte, esta concepção de modalidade mais facilmente se filia no critério epistemológico que preside à definição kantiana da modalidade do que a qualquer um dos critérios, lógico ou ontológico, em

por conseguinte, uma concepção lata da modalidade, como categoria que caracteriza qualquer enunciado¹¹.

Neste quadro teórico, a significação resulta da actividade enunciativa, é concebida enquanto construção de referência, mais propriamente enquanto construção de valores referenciais, entre os quais se incluem os valores de referência modal. Enquanto construção linguística, a referência é uma representação linguística a que é, por isso, alheia qualquer consideração em termos de existência ontológica ou de juízos de verdade. Conforme propõe Culioli, o conceito de *sujeito* (S) – em relação ao qual se estabelece uma classe de sujeitos, localizados entre si, e se constroem valores referenciais da categoria modalidade – inscreve-se no sistema linguístico, como um parâmetro teórico, metalinguístico. Não sendo entendido fenomenologicamente, o sujeito é um dos dois parâmetros teóricos que compõem a situação de enunciação (Sit), funcionando em bloco, de forma indissociável do outro parâmetro – o parâmetro espaço-temporal (T)¹². Por outras palavras, o sujeito é uma das coordenadas que definem o sistema referencial em relação ao qual um conteúdo proposicional (mais precisamente, uma relação predicativa) adquire determinação – isto é, valores de referência – e se torna num enunciado¹³.

A forma como se concebe a construção da categoria gramatical da modalidade enquadra-se, por conseguinte, na descrição dos mecanismos que presidem à construção de qualquer enunciado. Ao ponto de vista enunciativo interessa a construção e a organização interna do enunciado. Fornece-se, aliás, um modelo teórico que permite identi-

que se baseia a lógica modal clássica e até a lógica moderna. De igual modo, enquanto categoria construída com base num encadeamento de operações de localização cujo localizador último é a situação de enunciação origem (particularmente o seu parâmetro subjectivo), a modalidade apresenta ainda uma certa filiação no cartesianismo.

¹¹ Esta concepção lata da modalidade encontra-se, desde logo, expressa em Bally ([1932] 1965, § 28), onde, apesar de não se propor qualquer classificação das modalidades, se afirma que a modalidade é “[...] la pièce maîtresse de la phrase, celle sans laquelle il n’y a pas de phrase” e se analisa como modais um longo inventário de marcadores como a entoação, a mímica, os modos verbais, os advérbios ou os adjectivos (ver *idem, ibidem*, § 36-50).

¹² Analogamente ao que descrevemos relativamente ao “funcionamento” teórico da coordenada subjectiva (ou parâmetro S) da situação de enunciação, é também da localização da relação predicativa em relação a este primitivo teórico espaço-temporal que se estabelece uma classe de tempos, localizados entre si, e se constroem valores referenciais temporais-aspectuais.

A opção que fazemos de privilegiar a localização da relação predicativa em relação ao parâmetro S da situação de enunciação permite-nos focalizar os valores de determinação referencial de natureza modal. É, pois, apenas por conveniência metodológica que o fazemos.

¹³ Apesar de Benveniste, ao afirmar que “C’est dans et par le langage que l’homme se constitue comme sujet” (1966, p. 259), introduzir, de forma precursora, o sujeito como coordenada fundamental na descrição da actividade linguística (o que, além de outras propostas por si avançadas, se revelará fundamental na definição teórico-metodológica da Teoria Formal Enunciativa), a concepção de sujeito proposta por este linguista radica, genericamente, num conceito de *enunciação* diverso do de Culioli. Conforme propõe, Benveniste entende a enunciação enquanto acto de apropriação da língua por um sujeito, isto é, enquanto acto individual de um sujeito que produz um enunciado: “L’énonciation est cette mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation” (*ibidem*, p. 80). Conceito decisivo para a concepção da modalidade em Culioli, a enunciação não é, por este linguista, concebível como um acto, mas antes como um processo que se insere numa necessidade teórica, não numa prática efectiva: “[...] énoncer c’est construire un espace, orienter, déterminer, établir un réseau de valeurs référentielles, bref un système de repérage” (Culioli, 1973, p. 87). Por conseguinte, se, por um lado, Benveniste esboça os fundamentos de uma teoria do sujeito, por outro, Culioli propõe uma teoria da determinação.

ficar e descrever as operações subjacentes à construção do enunciado, que é, desta forma, encarado como um constructo, como produto de uma construção que se dá na e pela enunciação.

Como qualquer outra categoria (determinação nominal ou determinação verbal), no quadro da TFE, a categoria da modalidade não funciona de forma estanque. Há uma interdependência na construção dos valores referenciais das diferentes categorias gramaticais, sendo na relação que estabelece com as outras categorias gramaticais que a modalidade converge para a significação do enunciado¹⁴.

Além disso, e tendo presente os diversos tipos ou domínios da modalidade – segundo proposta em Campos (2001), epistémica, apreciativa e intersujeitos¹⁵ – podem construir-se, em virtude do possível cruzamento de valores modais, “valores complexos”, já que “Uma classificação de valores modais será, necessariamente, uma classificação cruzada” (Campos, *ibidem*, p. 173).

É a este nível, em particular ao nível dos valores da modalidade epistémica, que se colocam hoje algumas questões. Não querendo escamotear outras questões, outros problemas, o facto de os valores de modalidade epistémica estarem directamente relacionados com a origem da informação contida na relação predicativa obriga a que se coloque o problema da relação entre a modalidade e a “evidencialidade” (designação subsidiária do inglês “evidentiality”) ou, “mediativo” (ou ainda “enunciação mediati-zada”, tradução alternativa e pela qual aqui optamos). Esta é uma questão em aberto que, num período ainda embrionário e exploratório de estudo, releva de uma falta de consenso que tem levado diferentes autores a propor, não só diferentes termos para designar o fenómeno, como também uma grande heterogeneidade de definições semânticas, às vezes muito parcelares.

De qualquer forma, vários autores, com diferentes perspectivas teóricas, revelam uma consciência deste facto, procurando não só descrevê-lo como explicá-lo teoricamente. É o caso, entre outros, de Lyons ([1977] 1978) que, ao propôr uma definição de epistemologia – enquanto “[...] concerned with the nature and source of knowledge” (*idem, ibidem*, p. 792) – sugere exactamente uma ligação entre modalidade epistémica e o mediativo. É também o caso de Palmer (1986), quando considera explicitamente o que designa por evidenciais (“evidentials”) como um dos dois grandes sistemas da modalidade epistémica¹⁶, já que, segundo este autor, uma das formas de que o falante

¹⁴ Conforme fomos já referindo, a significação do enunciado, construída na e pela enunciação, resulta, por um lado, do sentido da relação predicativa, e por outro, dos valores referenciais das diferentes categorias gramaticais.

¹⁵ Em Campos (2001), retoma-se a tipologia das quatro modalidades identificadas em Culioli (1968). Ai, além de se introduzir algumas precisões teóricas na definição das modalidades classificadas (na sequência de Culioli) de tipo 3 (modalidade apreciativa) e de tipo 4 (modalidade intersujeitos), propõe-se um “rearranjo” de que resulta uma tipologia tripartida. Pela introdução do conceito de *escala de valores assertivos*, associam-se, exactamente, as modalidades que Culioli propõe de tipo 1 (modalidade assertiva) e de tipo 2 (modalidade epistémica) num mesmo domínio de modalidade, designada modalidade epistémica, por estar em causa, na construção deste valor modal, a expressão do grau de conhecimento do sujeito enunciador em relação ao conteúdo da relação predicativa

¹⁶ Em S. C. Levinson (1983 *Pragmatics*, Cambridge, Cambridge University Press.), encontra-se já uma alusão a uma relação transversal entre “epistemicity” e “evidentiality”.

("speaker") dispõe para expressar o seu (des)comprometimento com a verdade da proposição expressa ("his (lack of) commitment to the truth of the proposition being expressed") é a indicação das "evidências" (evidencies") em que assenta o seu juízo. É ainda o caso de Hengeveld (1989), que, situando-se numa perspectiva funcionalista, estabelece uma oposição entre "origem da informação" e "origem do juízo sobre essa informação". Mais recentemente, refira-se Guentchéva que propõe as designações de "mediatif" ou "énonciation médiatisée" para uma nova categoria invariante, associada à expressão de distanciamento, de diferentes naturezas, em relação ao que designa como "conteúdo informacional" ("contenu informationnel"): "[...] la catégorie grammaticale qui, dans des langues typologiquement distinctes, a pour fonction de marquer l'attitude de distanciation et de non-engagement que manifeste l'énonciateur à l'égard des faits qu'il présente" (Guentchéva *et alii*, 1994, p. 139). Esta autora agrupa os valores constitutivos do "mediativo" como factos relatados ("faits rapportés"), factos inferidos ("faits inférés") e factos de surpresa ("faits de surprise").

Mais ainda. Na articulação entre, por um lado, a expressão da origem do conteúdo da relação predicativa e, por outro, o seu grau de validação, desenham-se duas tendências. A uma concepção estreita de mediativo, segundo a qual a modalidade epistémica se sobrepõe englobando a evidencialidade como uma outra categoria (postura assumida, entre outros, por Palmer (1986) e Hengeveld (1989)), opõe-se uma concepção lata de mediativo, que considera que a qualificação evidencial determina a qualificação epistémica e, portanto, modal. Esta última tendência, também surgida na literatura anglo-saxónica, é representada, por exemplo, pelo trabalho de Nuyts (1992) segundo o qual qualquer juízo modal se baseia em "evidências" ("evidencies"), variando sim a qualidade da "evidência"¹⁷.

A concepção de mediativo como uma dimensão hierarquicamente superior à modalidade parece poder ser atestada pelo facto de existirem línguas em que as duas categorias – modalidade (epistémica) e mediativo – se encontram gramaticalizadas (em geral, no plano morfológico) e em que se pode marcar a origem da informação sem, no entanto, restringir o seu grau de certeza.

Em Campos (2001 e 2003), em virtude de os valores constitutivos do "mediativo" definirem a estruturação de um espaço epistémico e de estarem, por conseguinte, na base da construção de valores modais epistémicos¹⁸, propõe-se uma concepção lata da categoria mediativo, que não inclui apenas a expressão de distanciamento em relação à

¹⁷ Afirma-se em Nuyts: "[...] evidentiality is even higher than modality, for modality still concerns the speaker's evaluation of the state of affairs as such, while evidentiality puts the state of affairs in relation to a wider knowledge context" (*idem*, 1992, p. 91).

¹⁸ Com base na observação dos valores e dos diversos processos (morfológicos, sintácticos e lexicais) que permitem construir a categoria mediativo em três línguas tipológica e geneticamente diferentes, conclui-se, em Givón (1982), ser possível "[...] to interpret the phenomenon of evidentiality within the context of an epistemic continuum" (*idem*, *ibidem*, p. 26).

Também em P. Ramat (1996 Allegedly, John is ill again: stratégies pour le médiatif. In Z. Guentchéva (ed.) 1996 L'Énonciation médiatisée. Louvain-Paris: Éditions Peeters, pp. 287-298) se relaciona a categoria do mediativo com a construção de um espaço epistémico ao afirmar-se que o mediativo ("médiatif") designa "[...] des indices linguistiques qui permettent de signaler formellement la position épistémique du locuteur par rapport au contenu de son énonciation" (*idem*, *ibidem*, p. 287).

validação da relação predicativa, mas também a expressão da sua validação / não-validação, isto é, asserção estrita positiva ou negativa. Considera-se, assim, que, contrariamente ao postulado na definição proposta por Guentchéva, na sequência de Lazard (1956), o mediativo corresponderá a uma “[...] supercategoria que abrange os valores assertivos em todos os graus, incluindo o valor de asserção estrita” (Campos, 2001a: 336).

Esta concepção lata do mediativo, já defendida, entre outros, em Givón (1982) e Willett (1988), compreende-se em virtude do enquadramento teórico fornecido pelo quadro da TFE e da daí resultante articulação entre a modalidade e o mediativo. Através do recurso a uma descrição em termos de operações de determinação, particularmente de natureza modal, só será possível interpretar o mediativo – como se afirma em Givón (1982: 26) e se reforça em Campos (*ibidem*, p. 337) – dentro do contexto de um *continuum* epistémico que inclui, por definição, os valores decorrentes das operações de validação / não-validação e dos diversos graus de validação subjectiva, isto é, que inclui os valores que vão desde a certeza objectiva à certeza subjectiva. Perspectivado em termos de inclusão no vasto domínio da modalidade, o mediativo “[...] fornece à modalidade informação sobre a maior ou menor fiabilidade de uma informação, contribuindo para um valor modal epistémico dentro de uma escala que vai da asserção estrita aos vários graus de probabilidade” (*idem, ibidem*, p. 338), vendo-se configurada neste facto uma necessária relação semântica entre as duas categorias.

Mais ainda, a hipótese de uma concepção lata do mediativo não só é mais abrangente do que a concepção defendida por Guentchéva em termos de valores construídos, como permite reconhecer, descrever e explicar outros marcadores que não apenas os marcadores próprios das línguas que gramaticalizam esta categoria¹⁹. Uma justificação para a opção por uma maior abrangência da categoria mediativo (supercategoria, portanto) residirá, aliás, no facto de, em línguas como o português, que carecem de morfemas marcadores do mediativo estrito, os recursos lexicais e gramaticais das duas categorias (modalidade e mediativo) se utilizarem de uma maneira que diríamos metonímica.

O facto de, conforme se propõe em Campos (2001, pp. 335-336 e 2003), a categoria (“supercategoria”) do mediativo abranger os valores de modalidade epistémica em todos os seus graus, incluindo o valor de asserção estrita, parece-nos poder constituir o ponto de partida para uma clarificação da articulação entre estes dois aspectos no interior do que, na TFE (e segundo Campos), se define como modalidade epistémica. Aliás, um estudo da forma como o sujeito enunciativo origina, através da construção de uma nova origem enunciativa, constrói a sua não responsabilidade e

¹⁹ Na base da investigação no domínio da enunciação mediatizada terá estado, aliás, a constatação da existência, em línguas tipologicamente diferentes (por exemplo, línguas como o búlgaro, o albanês, o turco, o georgiano, o arménio, línguas ameríndias e outras), de um sistema estruturado de processos gramaticais – morfo-sintácticos, como afixos (sobretudo sufixos e mais raramente prefixos), partículas especializadas, formas construídas a partir do perfeito, auxiliares susceptíveis de se combinar com sufixos e/ou partículas (ver Guentchéva, 1996, p. 12) – que permitem manifestar o grau de distanciamento ou não compromisso do enunciativo em relação à validação do conteúdo informacional construído. É a esse sistema estruturado de processos gramaticais que está associada a categoria semântica do mediativo.

também a sua responsabilidade pela validação ou não-validação da relação predicativa só se completa com a análise das relações entre a modalidade e o mediativo.

Em conjunto, esta proposta, surgida no interior de uma teoria linguística da modalidade, e, por exemplo, com o facto, teoricamente distinto, de contribuições mais recentes no âmbito das teorias lógicas da modalização tenderem a incorporar informação contextual (pragmática) na teoria lógico-semântica da modalidade (a ideia de uma intenção comunicativa-informativa, segundo Jaszczolt (2000)) atestam a forma como, a propósito da modalidade, novas abordagens que se cruzam, se complementam e se enriquecem mutuamente.

Referências

- BALLY, C. ([1932] 41965) *Linguistique générale et linguistique française*. Berna: Éditions Francke.
- BENVENISTE, E. (1966) *Problèmes de linguistique générale* 1. Paris: Gallimard.
- CAMPOS, M. H. C. (1998) *Dever e Poder. Um subsistema modal do português*. Lisboa: JNICT/FCG.
- (2001) Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In A. S. Silva (org.) *Linguagem e cognição. A Perspectiva da linguística cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia, pp. 325-340.
- (2003) Les verbes modaux dans l'expression de la catégorie du médiatif. In F. S. Miret (ed.) *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística Románica*. (Salamanca, 2001), Niemeyer, pp. 185-192.
- CHOMSKY, N. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: Mass., MIT Press.
- CULIOLI, A. (1968) La formalisation en linguistique. *Cahiers pour l'Analyse* 9, pp. 106-117.
- 1973 Sur quelques contradictions en linguistique. *Communications* 20, pp. 83-91.
- GIVÓN, T. (1982) Evidentiality and epistemic space. *Studies in Language* 6.1, pp. 23-49.
- GUENTCHÉVA, Z. et al. (1994) Interactions entre le médiatif et la personne. *Faits de langues* 3, pp. 139-148.
- GUENTCHÉVA, Z. (ed.) (1996) *L'Énonciation médiatisée*. Louvain-Paris: Éditions Peeters.
- HENGEVELD, K. (1989) Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics* 2, pp. 217-236.
- JASZCZOLT, K. M. (ed.) (2000) *The Pragmatics of Propositional Attitude Reports*. Amsterdam: Elsevier.
- KANT, I. ([1781] 1985) *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LAZARD, G. (1956) Caractères distinctifs de la langue tadjik. *BSL* 52/1, Paris: Klincksieck.
- LYONS, J. ([1977] 21978) *Semantics* 1 – 2. Cambridge: Cambridge University Press.
- MORA, J. F. (1991) *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Dom Quixote.
- NUYTS, J. (1992) Subjective vs. objective modality: What is the difference? In M. Fortescue et al. (eds.) *Layered structure and reference in a functional perspective*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 73-98.
- PALMER, F. R. (1986) *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PUTNAM, H. (1975) *Mind, Language and Reality*. Philosophical Papers, Vol. 2, Cambridge: Cambridge University Press.

- QUINE, W. V. O. ([1956] 1990) Quantifiers and Propositional Attitudes. In A. P. Martinich (ed.) *The Philosophy of Language*. New York, Oxford: Oxford University Press, pp. 353-359.
- RANSOM, E. N. (1986) *Complementation: its meanings and forms*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- VALENTIM, H. T. (2005) *Um estudo semântico-enunciativo de predicados subjectivos do português*. Dissertação de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- WILLETT, T. (1988) A cross-linguistics survey of the grammaticalization of evidentiality *Studies in Language* 12-1, pp. 51-97.
- von WRIGHT, E. H. (1951) *An Essay in Modal Logic*. Amsterdam: North Holland.